

# CLIPPING

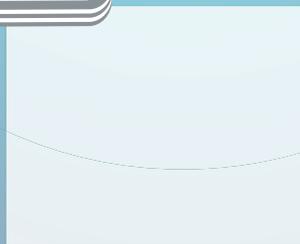


## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET



LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

## DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

[imprensa@tce.go.gov.br](mailto:imprensa@tce.go.gov.br)

[www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br)

3228-2699





## Caiado: decisão do STF significa corte de R\$ 130 milhões na folha

Governador vai se reunir com o ministro Ricardo Lewandowski para buscar uma saída para reenquadramento do Estado na Lei de Responsabilidade Fiscal

### Helton Lenine

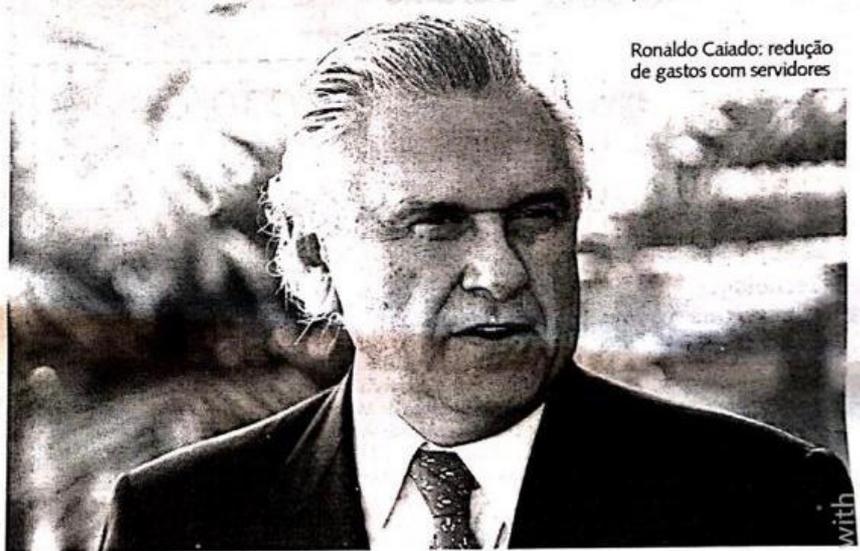
O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), afirmou que o governo terá de cortar entre R\$ 130 milhões na folha de pagamento, em decorrência da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que as Emendas Constitucionais 54 e 55, aprovadas em 2017 pela Assembleia Legislativa, são inconstitucionais. As emendas retiraram da contabilidade de gastos com pessoal, para fins de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), os custos com pensionistas e com o imposto de renda retido na fonte de servidores públicos. "Tenho menos de nove meses de governo e, de repente, somos obrigados a demitir o valor em R\$ 130 milhões em salários. Temos de achar uma modulação, uma forma de sobrevivermos, investir em saúde, educação e segurança e também [a sobrevivência] dos servidores, sejam comissionados ou efetivos," disse o governador, em entrevista à Rádio Bandnews Goiânia.

O valor citado pelo governador representa aproximadamente 11% do total da folha dos servidores. Em agosto, conforme o Portal da Transparência, o pagamento do funcionalismo custa R\$ 1.096.169.122,85.

Segundo o Relatório de Gestão Fiscal, também disponível no Portal da Transparência, o comprometimento da Receita Líquida do Estado com a folha de pagamento foi de 43,43% no primeiro quadrimestre. Com a mudança na base de cálculo, decorrente da decisão do STF, esse percentual dobrará, segundo estimativa do governo. "A realidade hoje é que Goiás consome, se tomarmos como parâmetro o que arrecada, 82% com folha de pagamento," afirmou Caiado. O cálculo exato ainda está sendo feito pela Secretaria da Economia.

### OUTROS PODERES

O governador afirmou ser inviável fazer o ajuste em dois quadrimestres, conforme exige a Lei de Responsabilidade Fiscal. Por isso,



Ronaldo Caiado: redução de gastos com servidores

irá ainda nesta terça-feira à Brasília, onde se encontrará com o ministro do STF Ricardo Lewandowski. Caiado disse, ainda, que já manteve contato com o presidente da corte, Dias Toffoli, para tratar da questão.

O democrata reforçou que tem discutido com outros poderes uma solução para questão. "Nesta sexta-

ta-feira [vou me reunir] com o Tribunal de Justiça de Goiás, com a Assembleia Legislativa, com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas do Estado. Não tomo decisão sozinho, tenho humildade de chamar todos os poderes para juntos decidirmos um rumo. Em todos os momentos mais críticos, chamo

os presidentes dos poderes e tomamos uma decisão conjunta", afirmou. A Assembleia Legislativa é que ficará com a situação mais delicada. Segundo o presidente Lissauer Vieira (PSB), a estimativa é que o legislativo tenha de demitir 50% dos servidores comissionados para se adequar aos novos limites.



## Estatal contrata advogado sem licitação a R\$ 400 mil

**GOIÁS PARCERIAS** Com sede em Taquaral, escritório pertence a ex-advogado do diretor financeiro Robson Rodrigues de Lima, responsável por liberação de pagamentos; CGE investiga procedimento

Fabiana Pulcinelli  
fabiana.pulcinelli@opopular.com.br

Em um processo que está sob investigação na Controladoria Geral do Estado (CGE), a Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás (Golás Parcerias) contratou um escritório de advocacia de Taquaral de Golás (no Centro Golano), no valor de R\$ 402 mil, sem licitação e com "adiantamento" de R\$ 102 mil pagos em junho. O pagamento provocou um salto nas despesas da companhia, que teve média de gastos mensais de R\$ 240 mil em 2018.

O procedimento de investigação na CGE tramita em caráter reservado. Proprietário do escritório, Paulo Atafés da Silva foi advogado do atual diretor financeiro da Golás Parcerias, Robson Rodrigues de Lima, responsável pela liberação dos pagamentos. O escritório recebeu R\$ 175 mil em 30 dias da Golás Parcerias.

O POPULAR teve acesso a documentos que mostram que houve alerta sobre irregularidade de pagamento ao escritório Silva Sociedade Individual de Advocacia. O contador da estatal, Lutz Fernando de Oliveira, enviou e-mail em 19 de junho para a direção orientando o estorno do valor de R\$ 102 mil. "Conforme já falamos por telefone, ao registrar os fatos contábeis do mês de Maio 2019, encontramos o pagamento abaixo: 31/05/2019 - Silva Sociedade Individual de Advocacia - R\$ 102.000,00. Contratos deste valor precisam de licitação e, pelo que entendi isto não foi feito. Então sugiro que o pagamento seja desfeito até que isto ocorra", diz o e-mail.

Segundo informações de de-



Divulgação

### 240

mil reais foi a média de gastos mensais da Golás Parcerias em 2018. Salto na despesa se deu em parte pelo custo advocatício

### 102

mil reais foi o valor pago a título de "adiantamento" ao escritório Silva Sociedade Individual de Advocacia em junho

núncia encaminhada à CGE, a estatal já conta com assessoria jurídica, de responsabilidade de Thiago Montelo de Sousa, que tem cargo comissionado na empresa. A reportagem pesquisou documentos da companhia em gestões anteriores e não identificou contratação de escritórios de advocacia.

Desde que a reportagem começou a apurar o caso, no início desta semana, o site da Golás Parcerias saiu do ar, com a retirada de dados e documentos sobre despesas e contratos. A publicação desses dados é obri-

gatória pela Lei de Acesso à Informação (LAI).

O contrato, assinado em maio, prevê pagamento de R\$ 25 mil mensais por um ano, mais uma entrada de R\$ 102 mil, para "serviços jurídicos técnicos especializados de advocacia, assessoria e/ou consultoria jurídica para orientar o gabinete da presidência e o próprio presidente sobre os aspectos jurídico-administrativos".

A "entrada", segundo o contrato, é para bancar "elaboração, alterações e atualização do Regimento Interno e Manual

“  
Você (a reportagem) que está me dizendo que é de Taquaral. O cartão (do escritório) que recebi fala que é no Setor Sul (em Goiânia)”

Eduardo Macedo,  
presidente da Goiás Parcerias

da Golás Parcerias, bem como outros atos normativos necessários para a Golás Parcerias nas suas atividades internas e externas". Na nota fiscal aparece o termo "adiantamento".

O presidente da Golás Parcerias, Eduardo Macedo (PMN), diz que a empresa não tem regimento interno e manual de contratação em sintonia com a legislação e precisava atualizar o estatuto. Afirma ainda que o quadro de funcionários é muito reduzido e que a contratação do escritório foi aprovada na primeira reunião da Assembleia Geral Anual da estatal.

"Sem esses documentos, a empresa tem de fechar as portas. Não consegue fazer nada e não está apta a realizar parcerias público-privadas. Por isso nunca fez PPP na história, em 15 anos de existência", afirma.

Ainda segundo o presidente, o assessor jurídico contratado (Thiago Montelo) presta serviços por quatro horas diárias e não consegue atender a demanda da estatal sozinho. Ele tem salário de R\$ 14 mil.

O POPULAR entrou em con-

tato com o contador Lutz Fernando de Oliveira, que disse que há restrições para que ele comente assuntos internos da companhia. O diretor financeiro da Golás Parcerias também foi procurado por dois dias, mas não atendeu o celular. Na tarde de ontem, ele respondeu mensagem dizendo que atenderia "assim que possível", mas não deu retorno. A reportagem também teve contato com a assessoria do diretor, mas foi informada de que não conseguiu contato.

A companhia pagou um total de R\$ 175 mil em um mês ao escritório, assim divididos: entrada de R\$ 102 mil no dia 4 de junho; a primeira parcela do contrato (R\$ 25 mil) no dia 7 daquele mês; a segunda parcela no dia 26 de junho e a terceira parcela em 4 de julho.

Eduardo Macedo, que presidia o PMN golano, assumiu a Golás Parcerias em acordo do governador Ronaldo Calado (DEM) para contemplar partidos políticos que o apoiaram nas eleições do ano passado. Em fevereiro, Calado mudou o decreto que regulamenta a Lei Nacional das Estatais com o objetivo de abrir espaço para aliados. A lei busca afastar indicações políticas em estatais, incluindo dirigentes partidários. Calado liberou a possibilidade para empresas com receita inferior a R\$ 90 milhões. A situação é prevista na lei federal, mas o decreto estadual do governo anterior havia ampliado a restrição para todos os casos.

A atribuição da estatal é "colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP) e outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social de Golás".

## Macedo diz que só conheceu escritório ao assinar contrato

"Você que está me dizendo que é de Taquaral. O cartão que recebi fala que é no Setor Sul (em Goiânia)", disse o presidente da Golás Parcerias, Eduardo Macedo (PMN), ao ser questionado sobre a "singularidade" do escritório de advocacia de Taquaral de Golás para prestar serviços à estatal.

Ele afirma que só conheceu o escritório no dia da assinatura do contrato. Porém, tanto o contrato assinado pelo próprio Eduardo Macedo como as notas fiscais emitidas pelo escritório têm o en-

drecho de Taquaral, no Setor Central do município.

O ato de inexistência de licitação, assinado por Eduardo Macedo, afirma que o escritório Silva Sociedade Individual de Advocacia possui "singularidade, especialidade, notória especialização, experiência e inspira confiança para executar o objeto do contrato, sendo essa confiança imprescindível para a prestação dos serviços a serem prestados". O documento diz ainda que o valor da proposta "encontra-se dentro da variação de mercado".

Questionado sobre a escolha do escritório, Eduardo Macedo afirmou que "não faz parte da comissão de licitação", mas que sabe que o escritório ofereceu os serviços em valor mais baixo que os demais e que já atuou em "vários municípios". Não citou quais os municípios e que outros escritórios foram contatados para a oferta do serviço.

O presidente afirmou que não há "nada de ilegal" na contratação e que ele próprio pediu à Controladoria Geral do Estado (CGE) que acompanhasse os termos do

contrato e dos pagamentos. "Tanto a CGE quanto o Tribunal de Contas do Estado têm conhecimento de todos os nossos contratos." Sobre o alerta feito pelo contador da estatal, Eduardo Macedo disse que essa informação não chegou a ele e que o regimento da estatal permite contratação com inexistência de licitação no valor de até R\$ 1 milhão.

Já quanto ao fato de o advogado do escritório ter prestado serviços para o diretor financeiro, ele disse que não tem conhecimento sobre relações com os di-

retores e que não falaria sobre "algo hipotético".

Eduardo Macedo também afirmou que o site está fora do ar porque foi feita "reprogramação muito bacana" do portal e que houve problemas técnicos na atualização. Ele disse ter dado a ordem para manter os dados excluídos pela Lei de Acesso à Informação no ar e que o site seria restabelecido na quarta-feira, o que não ocorreu. Ontem, a reportagem voltou a cobrá-lo. Por meio da assessoria, disse que a equipe técnica "está tentando resolver".



**GIRO**



**Caio Henrique  
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

## *Goiás deve ter novo modelo de incentivos fiscais*

A secretária estadual de Economia, Cristiane Schmidt, apresentou ontem ao Fórum Empresarial um novo modelo de incentivos fiscais para o Estado. A partir de uma adesão, a princípio via decreto, a aquilo que é praticado no Mato Grosso do Sul, o governo estadual pretende instituir o PROGOIÁS em substituição aos programas vigentes. Conforme o apurado pela coluna junto a empresários, a proposta prevê que não serão concedidos novos incentivos a partir do Fomentar e do Produzir. No entanto, haverá continuidade dos subprogramas e do Crédito Especial para Investimentos. Além disso, quem já é beneficiado poderá escolher entre a continuidade nas regras atuais ou adesão às novas. Schmidt adiantou aos empresários que o novo modelo prevê prazo certo para os benefícios e simplificação no cumprimento das contrapartidas. Também foi garantida a equivalência, em termos de valores, aos incentivos atuais, dispensa de agente financeiro (financiamento) na operacionalização e maior celeridade com a concentração dos trâmites burocráticos na própria Secretaria da Economia. Os benefícios poderão ser concedidos para implantação, ampliação ou revitalização de estabelecimentos industriais, sendo que serão estabelecidas metas de investimentos mínimos dentro de um prazo de 36 meses.



## MUDANÇAS

### Funcionários do Hugo temem demissão em massa com troca de Organização Social

Goiânia - Funcionários do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo) estão preocupados com a troca de gestão do Hospital de Urgências de Goiânia. A previsão é que o Instituto Nacional de Amparo à Pesquisa e Tecnologia Inovação na Gestão Pública (INTS), da Bahia, assumirá no próximo dia 1º de outubro a administração da unidade de saúde no lugar do Instituto Haver.

Entre os principais questionamentos do Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Único de Saúde no Estado de Goiás (Sindisaúde) diz respeito a uma possível demissão em massa quando a nova OS assumir. Outro medo dos servidores está ligado à carga horária de trabalho. O INTS confirmou que tem a intenção de mudar a escala dos trabalhadores de 30 para 36 horas semanais para contratos em regime de CLT e que deve haver cortes.

Entre as reivindicações dos funcionários do Hugo estão a manutenção da jornada de 30 horas semanais e que não ocorram as demissões, a garantia da segurança dos pacientes e mais transparência nas negociações envolvendo a troca da OS.

Ainda de acordo com os servidores, o INTS estaria estudando maneiras para que seja feita a transferência de todos os funcionários efetivos para outras unidades de saúde do estado. A informação que circula na unidade de saúde é que a nova OS pretende contratar trabalhadores em contratos como PJ e com salários mais baixos do que os aplicados atualmente.

#### Chamamento

O processo de chamamento da OS começou no dia 10 de abril e foi finalizado em 13 de agosto deste ano. administração do HUGO deve ficar sob responsabilidade do Instituto Nacional de Amparo à Pesquisa e Tecnologia Inovação na Gestão Pública (INTS), da Bahia, que obteve 73,35 pontos, enquanto o Instituto Haver, atual gestora do hospital, marcou 71,5 pontos.

Uma série de questões envolvendo o chamamento das OSs levanta dúvidas sobre o processo resultou na vitória do INTS. O primeiro agravo foi durante a seleção, quando a própria banca da Secretaria de Saúde de Goiás (SES-GO) desclassificou a instituição por não cumprir uma das exigências do edital com relação aos conselhos administrativos. Logo depois o processo chegou a ser paralisado.

Neste meio tempo, a SES-GO e a Casa Civil encaminharam para a Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) um projeto de lei que alterava a Lei nº 15.505/05. Com a aprovação, o INTS se tornou habilitado para concorrer à gestão do Hugo. Após a divulgação do resultado, uma decisão liminar do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO), assinada no dia 23 de agosto, suspendeu o chamamento público que selecionou o INTS. A alegação foi que a vencedora só permaneceu no processo depois que a legislação estadual foi alterada com o chamamento em andamento, atitude considerada ilegal pelo juiz.

Poucos dias depois, o desembargador Amaral Wilson suspendeu a decisão do TJ-GO e permitiu que o INTS assumisse o Hospital de Urgências. Segundo o documento, a decisão tem o objetivo de garantir a continuidade do serviço prestado pelo Hugo. Segundo a assessoria do hospital, o funcionamento tem continuado normalmente, mesmo diante de todos os impasses envolvendo a transição.

#### Resposta

O INTS confirmou à reportagem, por meio da assessoria, que pode haver demissões de funcionários quando houver a troca de gestão. No entanto, negou que será uma "demissão em massa", como circula nos corredores do hospital. Ainda segundo o Instituto que assumirá a administração do Hugo no próximo mês, a carga horária, que hoje é de 12 horas por 60, passará a ser de 12 horas por 36.

Também por meio de nota, a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO) esclareceu que trabalha para que a sucessão na gestão do Hospital de Urgências de Goiânia (HUGO), entre o Instituto Haver (atual gestora) e Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde - INTS (Organização Social vencedora do certame), seja realizada de forma "responsável, tranquila e respeitosa com os trabalhadores e com a população".

"Sobre a situação dos trabalhadores celetistas da unidade, a SES-GO informa que os critérios adotados para contratação e desligamento competem à Organização Social vencedora do certame, que deve atuar para manter a qualidade dos serviços e cumprir o contrato de gestão com as metas estabelecidas, assegurando a assistência aos cidadãos. A Secretaria de Estado da Saúde de Goiás tem se reunido com o Ministério Público e com o Ministério Público do Trabalho, com as duas OSs envolvidas no processo e com representantes dos trabalhadores da unidade, a fim de assegurar que os direitos trabalhistas sejam preservados durante a transição", diz o texto.

"Por fim, a SES-GO reitera que zela pela qualidade e segurança do serviço público prestado aos cidadãos no HUGO e que todas as ações relativas ao chamamento público estão publicizadas no site institucional da Secretaria, com total transparência do processo", completa a nota da secretaria.

#### Atual gestão

Atual responsável pelo Hugo, o Instituto Haver se manifestou contra a possível demissão de funcionários e reforçou que fará "o necessário para que a transição da gestão do Hospital de Urgências de Goiânia (HUGO) seja tranquila, transparente e responsável, com o menor impacto possível para os colaboradores, pacientes e familiares".